

Valuing Diversity at School: Body, Sex and Gender²

Valorização da Diversidade no Âmbito Escolar: Corpo, Sexo e Gênero

Jessyca Gracy Pereira Veloso³

Data de Submissão: 05 fev. 2018.

Data de Aprovação: 06 mar. 2018.

Data de Publicação: 30 jun. 2018.

ABSTRACT: Beginning in the 1990s, in the 20th century, especially with the implementation of National Curriculum Parameters, school and pedagogical practices in Brazil began to value diversity, breaking with the widespread paradigms about body, sex and gender in the traditional school ideology (LOURO, 1999). Analyzing how the knowledge of the “body, sex and gender” categories can influence an individual's academic education is relevant to the field of research, both in School Psychology and Social Psychology, having Social Constructionism as its foundation (CASTANON, 2004). In this work, an integrative literature review, carried out from March to April 2018, in which 08 articles were found, allowing the identification of three thematic categories: the importance of teachers in this process of building diversity; education focused on human rights; and the socio-cultural roots of the body, sex and gender. Taking into account the theoretical references on gender theories, the construction of knowledge about the relationship between body, sex and gender is discussed, analyzing its implications obtained within the school context. It was observed, through the collected literature that, through the denaturation of the categories Body, Sex and Gender, especially in the identity context, it can favor a more egalitarian society, which respects differences.

Keywords: Sexual diversity. Body. Sex. Genre. School.

RESUMO: A partir dos anos de 1990, do Século XX, especialmente com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola e as práticas pedagógicas, no Brasil, passaram a valorizar a diversidade, quebrando com os paradigmas sobre o corpo, o sexo e o gênero difundidos no ideário da escola tradicional (LOURO, 1999). Analisar como o conhecimento das categorias “corpo, sexo e gênero” pode influenciar na formação acadêmica de um indivíduo é pertinente ao campo de investigação, tanto da Psicologia Escolar como da Psicologia Social, tendo como embasamento, o Construcionismo Social (CASTANON, 2004). Neste trabalho, apresenta-se uma revisão integrativa de literatura, realizada no período de março a abril de 2018, em que foram encontrados 08 artigos, permitindo a identificação de três categorias temáticas: a importância dos professores nesse processo de construção da diversidade; a educação voltada aos direitos humanos; e as raízes socioculturais sobre o corpo, sexo e gênero. Levando em conta os referenciais teóricos sobre as teorias de gênero, discute-se a construção de um conhecimento sobre a relação entre corpo, sexo e gênero, analisando suas implicações obtidas dentro do contexto escolar. Observou-se, por meio da literatura coletada que, por meio da desnaturação das categorias Corpo, Sexo e Gênero, especialmente no contexto identitário, pode favorecer uma sociedade mais igualitária, que respeite as diferenças.

¹ **Atribuição CC BY:** Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

² **AGRADECIMENTOS:** À Universidade Estadual do Piauí e todo seu corpo docente, além da direção que nos proporcionou as condições necessárias para que alcancemos nossos objetivos. À minha orientadora, pelo incentivo e suas correções neste trabalho. Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado o nosso muito obrigado!!

³ Acadêmica do curso de Psicologia na Universidade Federal do Piauí - UESPI. Orcid: 0000-0003-0177-9071. E-mail: jessycagpv@outlook.com.

Palavras-chaves: Diversidade sexual. Corpo. Sexo. Gênero. Escolar.

INTRODUÇÃO

A ideia de que o “sexo é natural e o gênero, socialmente construído”, premissa apresentada pelos estudos de gênero desenvolvidos a partir dos anos de 1970, ganhou maior impacto com as teorias da filósofa norte-americana Judith Butler, especialmente, em “Problemas de Gênero” ([1990], 2003), que ampliou o debate acerca das políticas identitárias e suas repercussões no campo sociocultural. A teorização em torno do corpo-sexo-gênero permitiu questionar, sobretudo, os chamados papéis sexuais, entendidos, tradicionalmente, como o resultado de uma divisão sexual do trabalho que designou responsabilidades diferenciadas a homens e mulheres. Embora essa divisão de funções e poderes ainda predomine na sociedade, associando-se o feminino à fragilidade ou à submissão, e o masculino, a uma ideia de superioridade e domínio, o debate acerca dessas formas de organização social avançaram substancialmente desde a segunda metade do Século XX.

A diversidade é um termo que remete, sobretudo, a ideia de diferenciação, “tendência de sistemas sociais de se tornarem cada vez mais complexos à medida que se desenvolvem, em especial, através da especialização” (JOHNSON, 1997, p.72). No campo da sexualidade, o termo “diversidade sexual” implicou numa maior diversidade de comportamentos sexuais e, sobretudo, na proliferação dos discursos sobre a sexualidade e suas práticas, cuja escola foi um de seus fulcros.

Na década de 1950, o sociólogo Fernando Azevedo vai conceituar a Educação como um “processo social geral em que se torna necessário distinguir os fatos pedagógicos dos sistemas propriamente ditos, vistos como fatos institucionalizados” (LAKATOS, 1990, p.219). O termo veio a se contrapor aos discursos naturalizantes, desenvolvidos a partir das matrizes biológicas, e responsáveis pela promoção das desigualdades entre os sexos, além de incentivar práticas discriminadoras a partir do paradigma heteronormativo, que exclui, invisibiliza ou estigmatiza as diferenças (NARDI, QUARTIERO, 2012).

No Brasil, o conceito de diversidade ganhou espaço no debate educativo a partir do processo de redemocratização do país, diante da enorme diversidade de expressões de gênero e de sexualidade possíveis de serem identificadas no ambiente escolar. A diversidade implicaria, portanto, em uma arena de disputas discursivas, marcada por conflitos sobre conteúdos e práticas, capazes de reproduzir uma visão de mundo considerada desejável. É nesse sentido que a Educação adquire uma forma mais definida ou uma estrutura (a escola, os sistemas escolares). Não seria possível entender a educação sem o seu sistema pedagógico, que, no conjunto do sistema social em que se organizou, atua como “uma das instituições destinadas a assegurar a sua unidade, o seu equilíbrio e o seu desenvolvimento” (DELORENZO NETO, 1980, p. 125).

Inúmeras pesquisas demonstram as relações entre as práticas educativas, que restringem a sexualidade a uma perspectiva biológica, às estruturas de poder (OLIVEIRA, 1998; FURLANI, 2003; CASTRO, et al., 2004; ALTMANN, 2010). Nesse sentido, a associação entre educação e diversidade sexual está inserida num contexto de “relações de poder instauradas a partir de produções discursivas e não discursivas sobre a sexualidade” (ALTMANN, 2010, p.71). Temas como o onanismo, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a AIDS devem ser vistas dentro de contextos sociais específicos, assim como as relações de gênero. Assim, as demandas depositadas sobre a Educação, no que se refere às temáticas ligadas à sexualidade, variam de acordo com o campo social na qual estão sendo observadas.

Para Louro, o debate acerca da diversidade sexual está inserido em um cenário de crise sobre a sexualidade, em cujo centro, está situada uma crise nas relações entre os sexos, “relações estas que têm sido profundamente desestabilizadas pela rápida mudança social e pelo impacto do feminismo, com suas extensas críticas aos padrões da dominação masculina e da subordinação feminina” (LOURO, 1999). Para Louro, é esse contexto que permite novas formulações acerca da sexualidade, e, onde se inscrevem as pedagogias feministas, na perspectiva das pedagogias emancipatórias, que pretendem a “conscientização”, a “libertação”, ou a “transformação” dos sujeitos e da sociedade, sob

inspiração de Paulo Freire. “É claro que, nesses casos, os sujeitos em foco são, primordialmente, as mulheres. As mulheres em sua diversidade, sim, mas de qualquer modo, o olhar é essencialmente dirigido para o gênero feminino” (LOURO, 1997, p. 114-115).

O debate sobre a diversidade sexual e de gênero foi inserido como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que normatizam a execução dos trabalhos nos âmbitos escolares, contribuindo para o planejamento de aulas e para a produção do conhecimento (BRASIL, 1998). A discussão parte da ideia de Pluralidade Cultural, em que o estudante é levado a reconhecer a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia (BRASIL, 1998).

Reconhece-se que o respeito a valorização da diversidade está relacionado à construção de uma sociedade democrática e igualitária, cujo movimento significativo de debate sobre a educação sexual, visa combater preconceitos e discriminações. Foi o caso do programa “Brasil sem homofobia”, que foi implantado como resultante das reivindicações dos movimentos sociais (NARDI; QUARTIERO, 2012; FERRARI; FRANCO, 2010), mas, ao final do Governo Lula, sofreu críticas políticas e de movimentos conservadores, que acabou por desmontar o programa. No Governo Dilma Rousseff (2011-2013) a tentativa de emplacar o chamado Kit Anti-Homofobia também sofreu os mesmos reveses e o projeto foi engavetado, o objetivo desse material é trazer para o ambiente escolar o tema “gay” como forma de reconhecimento da diversidade sexual e enfrentamento do preconceito.

Mas, nos anos de 1990, no movimento de redemocratização do Brasil, a educação sexual foi transformada em um tema transversal nos PCNs, de modo que os temas da sexualidade pudessem ser abordados por qualquer área de conhecimento na escola (Brasil, 1998). Entendia-se, naquele momento do processo de construção de uma sociedade a partir de uma matriz democrática e laica, que a sexualidade devia ser estudada, com respeito à diversidade sexual.

No contexto escolar, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e emergentes da vida social, como, por exemplo, o crescimento de casos de “gravidez indesejada” entre adolescentes e o risco de doenças sexualmente transmissíveis. Nessa perspectiva, os temas transversais deveriam ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização, especialmente, de duas formas: dentro da programação, por meio de conteúdos

transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgissem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998). Os temas transversais, como a sexualidade, sofrem influências diretas da articulação com os movimentos sociais, com as políticas e políticas públicas, e, sobretudo, com os paradigmas adotados pelas escolas. É no espaço escolar que a prática do bullying se estabelece de forma ostensiva e, muitas vezes, invisibilizada. Uma pesquisa de 2016, realizada pelas Nações Unidas, com 100 mil crianças e jovens de 18 países mostrou que, em média, 50% dos entrevistados, sofreu algum tipo de bullying, sendo 25% vítimas de bullying por causa de sua aparência física, 25% por causa de sexo ou orientação sexual e 25% devido à sua etnia ou nacionalidade. No Brasil, esse percentual é de 43%, taxa semelhante a outros países da região: Argentina (47,8%), Chile (33,2%), Uruguai (36,7%) e Colômbia (43,5%) (ONU, 2016).

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico foi realizado no período de março a abril de 2018, por meio da consulta direta de livros específicos em bibliotecas e pela internet, na base de dados Scielo. Utilizaram-se, como critério de inclusão, os estudos que tinham entre seus descritores: diversidade; escola; corpo; sexo e gênero; resumos, artigos ou livros em português que abordassem a temática em estudo independentemente do método de pesquisa utilizado; descritos na íntegra e publicados pelo menos nos últimos dez anos, entretanto foram utilizados clássicos.

Como critério de exclusão optou-se por não utilizar artigos que não correspondiam ao objeto de estudo, textos que se encontravam incompletos, artigos que não estivessem disponíveis na íntegra online, que não forneciam informações suficientes para a temática e aqueles que não possuíam os descritores determinados pelos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da elaboração da pesquisa fez-se uma listagem das mais relevantes publicações sobre o tema, onde foram encontrados 20.303 estudos. Após este resultado, foram utilizados como critério de escolha os trabalhos publicados nos anos de 1999 a 2018, com prevalência em idiomas em português,

textos completos e que fossem de relevância ao tema, além de clássicos da literatura e livros. Usando-se esses critérios, obtiveram-se 12 publicações, refinadas de acordo com os objetivos da pesquisa e distribuídas em diferentes periódicos. O estudo foi realizado usando-se os descritores DECS/MESH: Diversidade (Diversity); Escola (School); Corpo (Body), Sexo (Sex) e Gênero (Genre), inclusive, realizando cruzamentos.

Utilizou-se o Google Acadêmico como parâmetro de comparação dos dados obtidos na

base de dados Scielo, usados nesta pesquisa. Observou-se que a maioria dos artigos selecionados foi publicado por professores, totalizando 6 artigos; os demais, eram produções de psicólogos, com 3 artigos, e 3 artigos produzidos por antropólogos. Em relação ao tipo de metodologia utilizada nesse material, observou-se que a abordagem qualitativa foi a mais evidente em 10 artigos e, em 2 artigos, usou-se a abordagem quali-quantitativa. A listagem dos artigos encontra-se na **Tabela 01**.

Tabela 01 - Distribuição das referências incluídas na revisão integrativa, de acordo com as bases de dados, ano, idioma, área de atuação e tipo de estudo. Teresina, 2018

| Bases de dados | Idiomas | Área | Tipo de estudo |
|------------------|---------|----------------|----------------|
| Google acadêmico | Port. | Antropologia | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Psicologia | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Educação | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Antropologia | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Educação | Qualitativo |
| Google acadêmico | Port. | Serviço Social | Qualitativo |
| Google acadêmico | Port. | Educação | Qualitativo |
| Google acadêmico | Port. | Psicologia | Quali-Quanti |
| Google acadêmico | Port. | Educação | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Educação | Qualitativo |
| Google acadêmico | Port. | Educação | Qualitativo |
| Scielo | Port. | Antropologia | Quali-Quanti |

Legenda: Port: Português; Quanti: Quantitativo; Quali: Qualitativo

A maioria dos artigos trabalham sobre a questão da LGBTfobia, cerca de 70% do total dos artigos, enfocando as questões socioculturais como resultado dos diálogos estabelecidos entre a psicologia, a sociologia, história, a antropologia, a linguística, entre outros campos do saber. O preconceito existente nas escolas e as consequências para esses indivíduos, e a importância dos professores como meio de combate da LGBTfobia, predominou nessas produções acadêmicas.

Segundo Dinis (2012), o tema da diversidade sexual e de gênero deve ser incluído no currículo de formação, pois os professores são fundamentais na formação de cidadãos e transmitem informações sobre diversas áreas do conhecimento humano, sobre a vida e a sociedade, proporcionando

estratégias de resistência ao currículo heteronormativo, caso não ocorra discursão pode gerar homofobia. Nesse sentido, SEFFNER (2009) defende a necessidade de a escola ser um espaço público e laico, que possibilite que a inclusão escolar deixe de ser vista como um problema. Outra necessidade apontada é quanto a formação dos profissionais capazes de dialogar com a diversidade, além de produzir estratégias de superação da LGBTfobia e do sexíssimo, na qual ambos estão vinculados (ANDERSEN, 2000; WELZER-LANG, 2001; MADUREIRA, 2007; JUNQUEIRA, 2009).

De modo geral, os estudos identificados nesta pesquisa tratam da diversidade sexual no contexto escolar, discutindo a importância de se falar sobre o tema, o processo sócio histórico e as visões dos profissionais de Educação sobre o tema, bem como,

os efeitos tais pedagogias na vida desses indivíduos. De acordo com o levantamento realizado na base de dados, Scielo, foram contempladas as produções mais atualizadas acerca da valorização da

diversidade no âmbito escolar conforme apresentado na **Tabela 02**.

Tabela 02 - Distribuição das publicações conforme ano e título do periódico

| Ano | Periódico | Frequência |
|------|----------------------------|------------|
| 1999 | Cad. Psíquicos | 8,3% |
| 2003 | Revista Estudos Feministas | 8,3% |
| 2004 | Temas em Psicologia | 8,3% |
| 2009 | CEPESC | 8,3% |
| 2010 | Caderno Cedes | 8,3% |
| 2011 | Revista Psic. Polít. | 8,3% |
| 2012 | Revista Memento | 8,3% |
| 2013 | Revista Latinoamericana | 8,3% |
| 2013 | Educ. Psiqui. | 8,3% |
| 2015 | Temas em Psicologia | 8,3% |
| 2017 | Revista Estudos Feministas | 8,3% |
| 2018 | Revista Estudos Feministas | 8,3% |

Fonte: VELOSO, 2018

Os demais periódicos tiveram frequência de publicação de 1 artigo selecionado pela aluna investigante, que corresponde a 12,5% dos estudos selecionados e 75% dos estudos ao todo. Diante das apresentações das publicações o estudo permitiu fazer uma análise de três categorias temáticas que estão descritas a seguir.

A importância dos professores nesse processo de construção de uma diversidade

Para a análise dessa categoria foram utilizados 04 artigos que abordam a importância dos professores no processo de construção do indivíduo, considerando a contribuição destes profissionais na construção do conceito de cidadania no âmbito escolar. Embora os/as educadores/as afirmem que respeitam a diversidade sexual, não há a proposição clara de formas de superá-la no ambiente escolar, ou mesmo, de modelos alternativos de educação para além do modelo heteronormativo. Em termos de análise das representações sociais, essas opções acadêmicas demonstram indícios de homofobia liberal (ou sutil), expressos de forma camuflada e negada (BORRILLO, 2010). Tais posicionamentos

remetem a uma ideia de controle da sexualidade, entendendo como “uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 1997, p.27).

A educação voltada aos direitos humanos

Para a análise dessa categoria foram utilizados um artigo e um livro, que aborda a necessidade de uma educação voltada aos direitos humanos. Os direitos humanos só podem existir se houver um governo democrático que compreendem que todos são cidadãos livres e iguais em dignidade e direito.

O Estatuto diz que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo de sua obrigação visar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de sua

residência; é também dever do Estado assegurar ensino fundamental obrigatório e gratuito (Artigo 208 da Constituição Federal de 1988):

A defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/as e tratados/as com dignidade, sejam homens, mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, travestis, transexuais. (BRASIL, 1998).

A participação nos direitos políticos e direitos civis se refere a um conjunto de normas regulares dos direitos e obrigações de ordem privada às pessoas, aos seus direitos e obrigações, aos bens e às suas relações, enquanto membros da sociedade. Na redação deste texto da Carta Magna, reconhece-se a ideia de diversidade e da necessidade de respeito às diferenças, o que possibilita a construção de uma rede de significados sobre a igualdade de direitos na diferença, o que se torna primordial na discussão sobre a diversidade de corpo, sexo e gênero na escola. Pinsky (2003), por exemplo, afirma que ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, ou seja, ter direitos civis.

Raízes socioculturais sobre o corpo, sexo e gênero

Nessa abordagem foram utilizados 3 artigos que mostram a relação socioculturais diante do corpo, sexo e gênero. No processo histórico é possível observar o questionamento sobre o assunto, desde o século XVIII, onde se concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de informações diferenciadas, sendo possível elaborar novos conteúdos implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que dele falem os educadores, os médicos, os administradores e os pais; ou, então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discursos que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos controles à multiplicação dos discursos. A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual

se construíram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas (FOUCAULT, 1997, P. 31).

Com base no livro “Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola” (2009), podemos afirmar que gênero está ligado ao processo de formação social e cultural que limita a masculinidade e feminilidade do ser humano, sem ser considerado, exclusivamente uma questão biológica.

O gênero não é delimitado pelo aparato genital, mas a partir das relações sociais que são estabelecidas por uma dada cultura em um determinado período. Portanto, gênero significa que homem e mulher são produtos do meio social e daquilo que é determinado pela cultura e não da decorrência da biologia de seus corpos. Na verdade, o que ocorre no Brasil e ao redor do mundo é uma assimetria de gênero, relações de poder que beneficia significativamente o homem em relação à mulher, como consequência, a mais extrema forma de violação dos direitos humanos das mulheres, o feminicídio. Em síntese, quando nascemos já somos inseridos em um contexto pré-determinado pela identidade cultural ao grupo que fazemos parte. Desse modo, estamos aptos à aquisição de informações para trilhar o caminho, sendo assim fatores socioculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da análise, conclui-se que a maioria dos artigos abordados utilizou como suporte para a importância da valorização do corpo, sexo e gênero em vários contextos, mas centra-se no ambiente escolar. Assim, como foi observado em grande parte dos artigos, que existe uma forte relação entre as raízes socioculturais e o quanto ao decorrer dos anos ouve cada vez mais discussão, principalmente a partir do século XX e a valorização da diversidade. Em contrapartida, é importante destacar, a baixa frequência de publicações que envolvem a diversidade no âmbito escolar.

A escola não é percebida como um espaço só de transmissões de conhecimento, mas também um espaço onde difunde as transformações sociais, possibilitando, assim, a participação democrática afetiva das agentes escolas e extraescolares, na busca de enfrentamento e na discussão as pode converter-se em uma instituição que reúne e difunde os esforços de distintas instâncias da comunidade visando a melhora e a transformação social. Esta transformação implica de um lado na possibilidade de participação democrática efetiva de demais agentes escolares e extraescolares na discussão e na

busca do enfrentamento. Assim, trazendo para dentro da sala assuntos como corpo, sexo e gênero, através de projetos, vinculados a realidade vivenciada pela sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Rev. Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n.13, p. 69-92, abr. 2013.
- ALTMANN, H. et al. Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 26, n. 1, jan. 2018.
- AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia**. 9. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CASTANON, Gustavo Arja. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. **Temas psicol.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 67-81.
- DELORENZO NETO, A. **Sociologia aplicada a administrativo; sociologia das organizações**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 1980.
- FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 30, n. 81, mai/ago. 2010.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (orgs.). **Sociologia geral**. 6. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Atlas, 1990.
- LIMA, J. R. O desafio da escola em trabalhar com diversidade. **Rev. Memento**. Minas Gerais, vol. 3, n. 1, jan/jul. 2012.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MADUREIRA, A.F.A. do; BRANCO, A. V. Gênero, sexualidade e diversidade na escola, a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, vol. 23, n. 3, p. 577-591. 2018.
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- SEFFNER, F. Sigam-nos os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormalidade no espaço escolar. **Educ. Psiqui.** São Paulo, vol. 39, n. 1, p. 145-159, jan/mar. 2013.
- SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 25, n. 2, mai/ago. 2017.

How to cite (ABNT)

VELOSO, Jessyca Gracy Pereira. Valuing diversity at school: body, sex and gender. **JOSSHE: Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**. v. 1, n. 1, p. 40-46, jan.-jun., 2018.